

Jair Renan vira réu por falsidade ideológica

Filho de Bolsonaro responderá por lavagem de dinheiro

Por Ana Paula Marques

A Justiça do Distrito Federal aceitou denúncia e tornou réu Jair Renan Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), pelos crimes de lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e uso de documento falso. Segundo as investigações, o filho de Bolsonaro teria falsificado as relações de faturamento da empresa RB Eventos e Mídia para conseguir um empréstimo de R\$ 157 mil em 2022.

O ex-instrutor de tiros de Renan, Maciel Alves de Carvalho está incluso na lista de cinco pessoas acusadas de praticar os crimes de falsidade ideológica, uso de documento falso e lavagem de dinheiro, junto ao filho do ex-presidente. Em agosto do ano passado, os dois foram alvos da Operação Nexum, que mirava um grupo suspeito de estelionato, falsificação de documentos, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro.

Lavagem de dinheiro

Além do ocorrido em 2022, Jair Renan também é investigado por, em 2023, obter novos empréstimos de R\$ 251 mil e R\$ 291 mil e ter dado um calote no banco. A instituição financeira cobrou judicialmente, em fevereiro deste ano, a Justiça determinou que ele pagasse ao banco a dívida, que estava em R\$ 360 mil.

O grupo de Jair Renan também teria falsificado um documento que atestava falsamente que a empresa dele havia faturado R\$ 4,6 milhões no período de um ano, o que configurou, segundo o Ministério Público, o crime de falsidade ideológica. Segundo a Polícia Civil do Dis-



Joédson Alves/Agência Brasil

Filho de Bolsonaro teria forjado resultados financeiros em empresa

tro Federal, eles usavam a falsa identidade de Antônio Amâncio Alves Mandarrari para abrir contas bancárias, o nome também constava como proprietário de empresas usadas como laranjas.

“No segundo empréstimo fraudulento, realizado no dia 8 de março de 2023, no valor de R\$ 250.669,65, ainda sob responsabilidade legal do denunciado Jair Renan, quase R\$ 60 mil foram usados para pagamento de própria fatura de cartão de crédito da pessoa jurídica RB Eventos e Mídia, empresa de Jair Renan. E, no dia 13 de abril de 2023, é realizado um crédito de R\$ 18.700 para a empresa ‘fantasma’ Mandarrari Clínica de Estética”, afirmou o MP.

Defesa

Segundo nota da defesa de Jair Renan, ele teria sofrido um golpe orquestrado por alguém. O advogado Admar Gonzaga

não revelou o nome do suposto golpista, mas disse que a pessoa é “conhecida” pela polícia e pela Justiça. “Tudo ficará esclarecido no curso do processo, no qual a defesa poderá apresentar provas e fundamentos para o total esclarecimento do golpe contra ele aplicado”, declarou.

Jair Renan também alega que não reconhece suas assinaturas nas declarações de faturamento supostamente falsas e nega ter requisitado os empréstimos.

Maciel

O ex-instrutor de tiro de Jair Renan também já havia sido alvo de outras duas operações da Polícia Civil do DF em 2023. No âmbito da Falso Coach, Maciel era suspeito de usar CPF falso para comprar armas; já a “Sucedere” investigava as “noteiras” — sete empresas de fachada responsáveis pelo fornecimento de notas fiscais falsas.

O advogado de Maciel Alves, Pedrinho Villard, afirmou em nota que “acredita na inocência de Maciel e provará no curso processual”.

Vereador

No último dia 7 desse mês, Jair Renan anunciou que irá disputar uma cadeira de vereador na cidade de Balneário Camboriú, em Santa Catarina, logo depois, na última terça-feira (26), ele se filiou ao PL, partido de seu pai, em um evento com o governador do Estado, Jorginho Mello, que também é político do PL.

“Compatriotas sulistas, quero comunicar a todos vocês que hoje eu me filiei ao PL, sou pré-candidato a vereador em Balneário Camboriú. Quero agradecer ao governador Jorginho Mello por essa grande honra em fazer parte do time PL”, escreveu em suas redes sociais.

Moraes manda soltar três ex-integrantes da PM do DF

Carlos Moura/SCO/STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes concedeu liberdade provisória para ex-integrantes da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal acusados de omissão nos atentados golpistas de 8 de janeiro.

Os beneficiados são os coronéis da Polícia Militar Klepter Rosa Gonçalves, Fábio Augusto Vieira e Marcelo Casimiro Vasconcelos Rodrigues.

Klepter Gonçalves assumiu o comando da PM após o 8 de janeiro, escalado pelo interventor na segurança pública do Distrito Federal, Ricardo Cappelli, para assumir a posição de forma interina, ele tinha sido responsável pela atuação do efetivo policial na posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Foi Klepter Rosa Gonçalves o responsável por autorizar dias de folga do coronel Jorge Eduardo Naime Barreto, então chefe do Departamento Operacional da corporação, no dia 8 de janeiro, data em que golpistas invadiram e depredaram as sedes do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Como condição para a liberdade, os três terão que usar tornozeleira eletrônica, entregar o passaporte, estão proibidos de utilizar redes sociais e não podem se comunicar entre si.

Presos

Os três foram presos em agosto do ano passado pela Polícia Federal.



Ministro substituiu prisões por medidas cautelares

Segundo a PGR, a investigação constatou que havia “profunda contaminação ideológica” entre os oficiais da PM do DF. A PGR afirma ainda que integrantes do comando da PM se mostraram adeptos “de teorias conspiratórias sobre fraudes eleitorais e de teorias golpistas”.

Outro motivo para as prisões, disse a Procuradoria, foi o fato de a cúpula da PM ter recebido informações de inteligência sobre a possibilidade de ataques aos prédios públicos antes do 8 de janeiro.

As informações, diz, “indicavam as intenções golpistas do movimento e o risco iminente da efetiva invasão às sedes dos Três Poderes.”

“Segundo as provas existentes, os denunciados conhe-

ciam previamente os riscos e aderiram de forma dolosa ao resultado criminoso previsível, omitindo-se no cumprimento do dever funcional de agir”, disse a PGR em nota.

“Todos os denunciados, reiterando-se, detinham capacidade de interromper o curso causal, por ação individual, dado o potencial exercício de poderes de comando, ou conjunta. Absolveram-se, pois estavam conluídos para que se permitisse a materialização dos atos antidemocráticos.”

Omissão

Os sete policiais são réus por abolição violenta do Estado de Direito, golpe de Estado, omissão em cumprir com seus deveres legais de policiais, além de dano a patrimônio público.

Eles foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e tiveram as denúncias recebidas pela Primeira Turma do STF na sessão virtual que foi de 9 a 20 de fevereiro deste ano.

O tribunal entendeu que os policiais poderiam ter evitado as invasões aos prédios dos Três Poderes, se tivessem agido corretamente.

Defesa dos militares

A defesa de Fábio Augusto Vieira, ex-comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), diz que ele “assumiu desde o início das investigações posição colaborativa e de cooperação, visando auxiliar a elucidação dos fatos e prestar os esclarecimentos devidos”.

“A defesa técnica do ex-comandante-geral da PMDF celebra a correção da decisão e renova sua confiança no Estado Democrático de Direito, nas Instituições brasileiras e na Democracia”, afirmam os advogados.

A defesa de Klepter Rosa Gonçalves, subcomandante-geral na época dos fatos, disse que “cada um dos Coronéis que estiveram presentes no fatídico dia 08/01, tiveram condutas independentes”. “desde o início a defesa do Coronel Klepter tem chamado a atenção para essa peculiaridade, de maneira que havendo a individualização de condutas e, conseqüentemente, de responsabilidades, a concessão da liberdade provisória seria a consequência lógica”, afirmou a defesa do caso.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Tomaz Silva/Agência Brasil



Ônibus queimado durante ataque miliciano

Homicídios disparam em áreas de milícia no Rio

A primeira edição do estudo “O crime no Rio - Dados oficiais e análises” mostra que, entre 2022 e 2023, os homicídios dolosos cresceram 62,3% na Zona Oeste carioca, onde a presença da milícia é dominante. No período, os assassinatos na região passaram de 308 para 500. No estado, o aumento foi bem menor, 7,6%. Para o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

(Cesec), responsável pela publicação, uma das hipóteses para a explosão de casos naquela área da cidade é a intensificação das disputas territoriais entre grupos milicianos. Isto, como resultado das divisões da Liga da Justiça depois da morte, em 2021, de seu chefe, Wellington da Silva Braga, o Ecko, durante um confronto com a polícia. A Liga é a maior milícia do Rio.

Impacto

Os homicídios na Zona Oeste também impactaram o crescimento desse tipo de crime na cidade do Rio de Janeiro: 22,4%, contra uma queda de 1,4% na Baixada Fluminense — região tradicionalmente associada à violência — e de 10,2% na área da Grande Niterói.

Triplo de mortes

Em alguns bairros da Zona Oeste, os assassinatos mais do que dobraram entre 2022 e 2023. No Recreio dos Bandeirantes, o número de casos mais do que triplicou, passou de 35 para 110. Em Jacarepaguá, os homicídios passaram de 114 para 250; em Santa Cruz, de 52 para 103.

Tânia Rego/Agência Brasil



Área corresponde a 70% da cidade do Rio

Policiais também mataram mais nesses bairros

Os dados levam em conta Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs), que abrangem conjunto de bairros ou cidades que têm em comum o mesmo batalhão de Polícia Militar. Em quatro dessas AISPs sediadas na Zona Oeste houve aumento de mortes por intervenção de agentes do Estado. Isto foi na direção oposta do

ocorrido no conjunto do território fluminense (queda de 34%, de 1.330 para 869). Na AISP do Recreio dos Bandeirantes, os casos subiram de três para 22; na de Jacarepaguá, de 27 para 83. Na AISP que engloba Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba, na turística Costa Verde, os casos saltaram de 60 para 72.

MPRJ reage

O Ministério Público do Rio reagiu às críticas feitas à sua atuação no caso do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. O relatório da Polícia Federal sobre o caso levanta suspeitas sobre o papel exercido por integrantes do MP fluminense.

Prisões

Em nota, o MPRJ ressalta que seu trabalho foi decisivo para as prisões dos ex-PMs Ronnie Lessa e Elcio Queiroz, que confessaram participação direta no atentado ao carro onde estava a vereadora. Frisa também que sua atuação gerou denúncia e prisão de outros suspeitos.

Omissão

No relatório, a PF classifica de omissa a atuação do primeiro promotor a atuar no caso, Homero de Neves Freitas Filho. Também critica o trabalho do então procurador-geral de Justiça, Eduardo Gussem, que atuou para evitar que as investigações do crime fossem federalizadas.

Rivaldo

Gussem também é citado por ter defendido, em outro caso, o então chefe da Polícia Civil, Rivaldo Barbosa, acusado pela PF de ser um dos mandantes do crime. O MPRJ afirmou que enfrentará “as vis tentativas de desqualificar o trabalho executado por suas estruturas”.